

MEDICAMENTOS

Estado pode processar Roche

Suspensão do fornecimento a crédito de medicamentos sem alternativa terapêutica põe em causa o direito à saúde, diz o Infarmed. Farmacêutica justifica-se

A Autoridade Nacional do Medicamento (Infarmed) considera ilegal a decisão da farmacêutica Roche de suspender o fornecimento de fármacos a crédito a 23 hospitais públicos com pagamentos em atraso superiores a 500 dias, mas não revela se vai processar o laboratório. Se o fizer, tem fundamento para ganhar em tribunal, defende o especialista em Direito Farmacêutico Pedro Bandeira.

“Neste conflito entre o direito da Roche a ser paga a horas pelos medicamentos e o seu dever de assegurar o fornecimento contínuo dos fármacos no mercado, não há nenhuma dúvida de que prevalece o segundo, até porque alguns medicamentos não têm alternativa terapêutica, o que põe em causa o princípio basilar do direito à vida e à saúde”, explica o especialista.

Para Pedro Bandeira, a multinacional farmacêutica pode reclamar o pagamento do que está em dívida coercivamente, junto dos tribunais. “O que não pode, de maneira nenhuma, é recusar-se a fornecer medicamentos que não são vendidos por nenhum outro laboratório e que são absolutamente necessários para a vida dos doentes”, diz.

Em causa estão, sobretudo, “quatro fármacos que não têm alternativa terapêutica e que são indicados para o tratamento de situações clínicas de risco para a vida dos doentes, nomeadamente doenças oncológicas e virais da maior gravidade”, sublinha o Infarmed, num comunicado.

Para minorar o impacto da decisão da Roche, o Infarmed autoriza os hospitais a quem o fornecimento foi suspenso a adquirir os fármacos junto de outras unidades hospitalares. A atitude da farmacêutica, adianta a tutela, “é eticamente reprovável e ilegal” e “consubstancia uma forma de pressão atentatória do princípio constitucional do direito à saúde”.

Em declarações ao Expresso, o diretor de Assuntos Corporativos da Roche, José Tavares de Castro, contrapõe: “Avaliámos as interpretações possíveis da lei e não nos restaram dúvidas de que estamos a agir dentro da legalidade”. O laboratório salienta que não interrompeu o fornecimento de nenhum medicamento — o que está, por lei, impedida de fazer — mas apenas alterou as condições de venda, decidindo só fornecer fármacos mediante pronto pagamento, no caso dos

hospitais com mais dívidas em atraso. Tudo porque o montante total da dívida que tem a cobrar junto das unidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) já ascende a 141 milhões de euros, o que assegura ser “financeiramente in comportável”.

“Não faz qualquer sentido pensar que uma empresa privada tem a obrigação de conceder crédito ilimitado a quem não paga”, reforça Paulo Pinheiro, advogado do laboratório.

Globalmente, o prazo médio de pagamento dos hospitais do SNS à indústria chegou aos 476 dias em dezembro, segundo a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma).

Ainda assim, outros grandes fornecedores hospitalares não ponderaram seguir os passos da Roche. A Novartis não irá suspender o fornecimento, apesar de o diretor de relações institucionais, Luís Rocha, frisar que “a situação de atraso sistemático e acumulação de dívida não é sustentável”. Em alguns hospitais, adianta, “a dívida acumulada excede os três anos”.

Luís Rocha está confiante que o Estado “respeitará o acordo com

A dívida do Estado não afeta apenas a Roche, mas os outros grandes laboratórios vão continuar a fornecer os medicamentos a crédito

a *troika*” no que toca aos pagamentos acordados no memorando de entendimento, já que o contrário “colocaria Portugal em situação semelhante à Grécia”. O responsável acredita que, de futuro, “os dispositivos propostos para garantir a disciplina financeira do sector irão evitar riscos de interrupções no fornecimento”.

Dívidas pagas em abril

Para a Pfizer, é preocupante “o crescimento da dívida, sem que seja do conhecimento público a existência de um plano de pagamento”. Mesmo assim, fonte oficial do laboratório encara com otimismo “as recentes notícias sobre o compromisso (do Governo) de iniciar o pagamento, a partir do próximo mês de abril”.

A *troika* deu luz verde para que o Executivo utilize €1500 milhões dos fundos de pensões da banca para pagar dívidas da Saúde. No total, segundo a Apifarma, a dívida do SNS ascende a €3 mil milhões, 1270 dos quais estão por pagar aos laboratórios.

JOANA PEREIRA BASTOS
e ANA SOFIA SANTOS
jbastos@expresso.impresa.pt